

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE DENÚNCIAS

Em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (RGPD); na Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, de Proteção de dados pessoais e garantia dos direitos digitais (LOPDGDD); e na Lei 2/2023, de 20 de fevereiro, que regula a proteção das pessoas que denunciem infrações das normas e da luta contra a corrupção (Lei de proteção do Denunciante), assim como com o disposto nas restantes normas aplicáveis em matéria de proteção de dados, explicamos, em seguida, a forma como tratamos os dados pessoais fornecidos através do nosso sistema de informação interno (o “**Sistema de Gestão de Denúncias**” ou “**SGD**”).

O Sistema de Gestão de Denúncias possui as medidas necessárias para garantir a confidencialidade da identidade e proteção do denunciante, bem como de qualquer terceiro mencionado na comunicação, impedindo o acesso à informação por parte de pessoas não autorizadas.

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Os seus dados pessoais serão tratados por:

| Informação | Dados do Responsável pelo tratamento |
|--|---|
| Empresa | COMSA Corporación de Infraestructuras, S.L. (doravante, a “ COMSA CORPORACIÓN ”) |
| NIF | B08937724 |
| Morada postal | Calle Viriato, 47, 08014, Barcelona |
| Contacto do Encarregado da Proteção de Dados (EPD) | lopd@comsa.com |

Os dados pessoais que nos forem enviados serão tratados pela COMSA CORPORACIÓN. Caso as informações fornecidas estejam relacionadas com alguma das empresas que fazem parte da COMSA CORPORACIÓN, poderemos transmitir os seus dados à referida entidade com o intuito de efetuar a gestão adequada da denúncia.

2. FINALIDADES

Em função dos tratamentos realizados, os dados de carácter pessoal poderão ser tratados para as seguintes finalidades:

| Finalidade | Descrição da finalidade e base de legitimação |
|--------------------------------------|--|
| Resolver consultas | Trataremos os dados para responder a consultas que sejam realizadas sobre o funcionamento e a gestão do Sistema de Gestão de Denúncias e/ou o Modelo de Compliance. Base de legitimação: interesse legítimo. |
| Receção e processamento de denúncias | Trataremos os dados para a receção de denúncias e decidir sobre a abertura ou não de uma investigação das denúncias recebidas. Serão igualmente tratados para realizar a respetiva investigação dos factos denunciados, proteger o denunciante |

| | |
|--|---|
| | <p>de represálias, adotar, se necessário, medidas corretivas adequadas e, se aplicável, iniciar ações legais contra os denunciados e/ou terceiros.</p> <p>Caso a comunicação da denúncia seja realizada verbalmente, iremos informar o denunciante de que estamos obrigados a documentar a denúncia através de um dos seguintes meios à sua escolha:</p> <p>a) através de uma gravação da conversa num formato seguro, duradouro e acessível, ou</p> <p>b) através de uma transcrição completa e precisa da conversa realizada por parte da equipa responsável pelo seu tratamento.</p> <p>No caso de optar pela transcrição da conversa, terá a oportunidade de verificar, retificar e aceitar através da assinatura da mesma.</p> <p>Base de legitimação: obrigação legal (sujeitos do setor privado obrigados)/interesse público (sujeitos do setor privado não obrigados).</p> |
| <p>Certificar o bom funcionamento do Sistema de Gestão de Denúncias e do Modelo de Compliance e conservar provas para a defesa da COMSA CORPORACIÓN</p> | <p>Poderemos conservar os seus dados para certificar o bom funcionamento do nosso Sistema de Gestão de Denúncias, Modelo de Compliance e/ou conservar provas para a defesa da COMSA CORPORACIÓN.</p> <p>Base de legitimação: interesse legítimo e obrigação legal.</p> |

3. TIPO DE DADOS PESSOAIS QUE PODERÃO SER TRATADOS

Independentemente de nos fornecer os seus dados pessoais de forma direta ou de os mesmos serem fornecidos por um terceiro, procederemos ao tratamento dos seguintes dados pessoais:

| Tipologia dos interessados | Categoria de dados |
|--|--|
| Consultante | Dados de identificação do consultante, dados de contacto, dados profissionais, dados financeiros e outros dados associados à consulta, provas. |
| Denunciante com dados de identificação | Dados de identificação, dados de contacto, detalhes dos factos considerados relevantes, provas e voz. |
| Denunciante anónimo <i>(O denunciante pode fornecer os seguintes dados ou nenhum dos mesmos)</i> | Pseudónimo, dados de contacto, provas, voz. |
| Denunciado | Dados de identificação, dados associados à conduta denunciada, provas. |
| Testemunho | Dados de identificação, dados de contacto, dados associados à conduta denunciada, provas. |
| Terceiros | Dados de identificação, dados de contacto, dados associados à conduta denunciada, provas. |

Durante a gestão da comunicação enviada por si, existe a possibilidade de lhe serem solicitados esclarecimentos sobre as informações transmitidas ou lhe ser pedido que forneça informações adicionais.

4. BASE DE LEGITIMAÇÃO

Efetuiremos o tratamento dos seus dados de acordo com alguma(s) das seguintes bases de legitimação anteriormente expostas:

| Base de legitimação | Descrição |
|----------------------------|--|
| Execução de um contrato | Iremos efetuar o tratamento dos seus dados se tal for necessário para a execução de um contrato, de forma a cumprir as obrigações estabelecidas no contrato. |
| Obrigação legal | Poderemos igualmente tratar os seus dados pessoais por obrigatoriedade legal. |
| Interesse público | Existe igualmente a possibilidade de termos de efetuar um tratamento dos seus dados para o cumprimento de uma missão realizada com interesse público ou no exercício de poderes públicos que nos tenham sido conferidos. |
| Interesse legítimo | Os seus dados poderão ser tratados se tal for necessário para a satisfação de interesses legítimos preponderantes que possamos ter na qualidade de Responsável pelo tratamento. Se desejar receber mais informações sobre a ponderação do interesse legítimo efetuada em cada caso, contacte o EPD. |

5. COMUNICAÇÃO DE DADOS

De uma forma geral, os seus dados pessoais serão confidenciais e não serão comunicados às pessoas cujos factos são atribuídos, nem a terceiros.

Não obstante, os seus dados pessoais poderão ser comunicados a todos os prestadores de serviços externos que tenhamos contratado para a receção das informações do canal e, se aplicável, para a gestão e realização das investigações consideradas necessárias. Estes prestadores de serviços tratarão os dados na qualidade de subcontratantes e, em nenhuma circunstância tratarão os dados para fins particulares.

Para além disso, os dados poderão ser comunicados às Forças de Segurança, Juízes ou Tribunais, assim como a qualquer outro organismo competente, caso sejam solicitados no cumprimento da legislação em vigor.

Se existirem indícios de que os factos denunciados possam constituir um crime, existe a obrigação de notificar, com efeito imediato, os factos ao Ministério Público. Se os factos forem suscetíveis de afetar os interesses financeiros da União Europeia, então, neste caso, deve ser notificado o Gabinete do Procurador Europeu.

6. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS

Caso a COMSA CORPORACIÓN tenha fornecedores internacionais ou faça parte de um grupo de empresas, existe a possibilidade de os seus dados serem tratados fora da União Europeia e do Espaço Económico Europeu.

Nesse caso, a COMSA CORPORACIÓN irá garantir que esses tratamentos de dados estão sempre protegidos com as garantias adequadas, que poderão incluir:

- Cláusulas-tipo aprovadas pela UE: são contratos aprovados pelo regulador europeu e que fornecem as garantias suficientes para garantir que o tratamento cumpre os requisitos estabelecidos pelo Regulamento Europeu de Proteção de Dados.
- Certificações dos terceiros: acordo-quadro entre a UE e um estado terceiro que estabelece um quadro normalizado para o tratamento de dados de acordo com os requisitos do Regulamento Europeu de Proteção de Dados.

7. DURAÇÃO DO TRATAMENTO

- **Consultas**

No caso das consultas, os dados pessoais serão mantidos durante o tempo considerado imprescindível para clarificar a dúvida ou questão enviada e fornecer a resposta ao interessado. Assim que terminar o respetivo prazo de conservação, os dados poderão ser devidamente bloqueados e mantidos para comprovar o respeito pelo Modelo de Compliance da COMSA CORPORACIÓN e, se for o caso, para cumprir as obrigações legais. Expirado o referido prazo, os dados serão eliminados definitivamente.

- **Denúncias**

Os dados pessoais serão conservados no canal de denúncias do Sistema de Gestão de Denúncias apenas durante o tempo considerado imprescindível para decidir a abertura de uma investigação sobre os factos denunciados e, independentemente do caso, no prazo máximo de três (3) meses a contar da data de envio do aviso de receção ou, no caso de não termos confirmado a receção, num prazo máximo de três (3) meses, contados a partir dos sete dias seguintes à data de envio da denúncia.

Se, decorridos três (3) meses desde a receção da denúncia, não tiverem sido iniciadas quaisquer investigações, os dados serão eliminados do Sistema de Gestão de Denúncias, exceto se forem mantidos com prova do bom funcionamento do sistema. Nesse caso, os dados ficarão anónimos, sem que exista a obrigação de bloqueio prevista na LOPDGDD.

No caso das denúncias aceites, as mesmas ficarão conservadas dentro do Sistema de Gestão de Denúncias durante o período de investigação e, de modo geral, até se atingir um prazo de dez (10) anos. Não obstante, poderemos prolongar o referido prazo máximo de conservação nos seguintes casos:

1. Para comprovar o funcionamento eficaz do nosso Modelo de Compliance, de acordo com o estabelecido no artigo 31.º bis do Código Penal, tendo em conta a prescrição dos crimes em conformidade com o estabelecido no Código Penal.
2. Se o facto denunciado constituir um crime ou uma infração administrativa, durante o prazo de prescrição dos crimes estabelecido no Código Penal e, no caso das sanções administrativas, de acordo com o prazo estabelecido nas leis aplicáveis a cada situação.

Assim que tiver sido ultrapassado o respetivo prazo de conservação, os dados serão eliminados de forma definitiva.

Para além disso, informamos que eliminaremos de imediato os dados pessoais em determinados casos, sem que se proceda à obrigação de bloqueio dos mesmos:

- Se a informação facultada, ou parte dela, não for considerada verídica, exceto se a falta de veracidade constituir uma infração penal. Nesse caso, os dados ficarão guardados durante o tempo em que decorrer o processo legal.

- Se tiverem sido comunicados dados pessoais que não sejam necessários para o conhecimento e a investigação das ações ou omissões no âmbito do presente canal de denúncias, onde se incluem as categorias especiais de dados. Neste último caso, será realizada a sua eliminação imediata sem que se proceda ao seu registo e tratamento.

8. EXERCÍCIO DE DIREITOS

O titular dos dados pessoais poderá, em qualquer altura, exercer os seus direitos de proteção de dados (incluindo retirar o consentimento dado anteriormente), de acesso, retificação, apagamento, oposição, portabilidade e limitação de forma gratuita através de um pedido, por escrito, para o e-mail lopd@comsa.com e incluindo a referência “**Direitos de proteção de dados**”.

Caso tenhamos dúvidas sobre a sua identidade, ou seja, se é mesmo a pessoa que está a exercer o respetivo direito de proteção de dados, poderemos pedir-lhe uma cópia do seu documento de identificação ou documento equivalente que comprove a sua identidade para, assim que a mesma esteja verificada, satisfazer o seu pedido de exercício de direitos.

Não obstante, caso a pessoa investigada exerça o direito de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, será assumido, salvo prova em contrário, que existem motivos legítimos imperiosos para continuar com o referido tratamento dos seus dados pessoais.

Se tiver alguma questão ou queixa sobre a forma como tratamos os seus dados pessoais, pode entrar em contacto com o nosso EPD para a sua morada de contacto indicada na secção “**Responsável pelo tratamento**”.

Para além disso, pode apresentar uma reclamação junto da Agência Espanhola de Proteção de Dados (www.aepd.es) se considerar que os seus direitos não foram satisfeitos corretamente.

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para obter mais informações sobre como exercer os seus direitos de proteção de dados, consulte a nossa Política de Privacidade do Website, que poderá encontrar em <https://www.comsa.com/pt-pt/politica-de-privacidade-do-website/>.

Última atualização: 12 de junho de 2023.